

**Nota sôbre as duas missões diplomáticas
do Padre António Vieira a França e a Holanda**

Na celebre carta apologética ao conde da Ericeira, da Baía, em 23 de maio de 1682, António Vieira pretendeu justificar-se, e o fez largamente, de certas asserções do *Portugal restaurado* que reputava ofensivas da sua reputação intelectual, e em menoscabo dos serviços prestados a D. João IV e à causa da restauração.

Se bem que muito conhecida a carta e a obra a que se refere, para melhor intelligência destas notas, transcreverei o trecho sôbre que versa a contestação do padre Vieira.

«E para que os negócios pudessem tomar melhor forma, depois de várias conferências que houve entre os maiores ministros, mandou S. M. a França o Padre António Vieira da Companhia de Jesus, sujeito em que concorriam todas as partes necessárias para ser contado pelo maior prégador do seu tempo; porêem como o seu juizo era superior e não igual aos negócios — «nesta adversativa se encontra o hervado da seta desfechada ao antigo prégador régio» — muitas vezes se lhe desvaneceram, por querer trata-los mais subtilmente do que as compreendiam os principes e ministros, com quem communicou muitas de grande importância» ¹.

O orgulho de Vieira, o seu génio impetuoso não lhe consentiam receber sem repulsa a ironia, que lhe depreciava as qualidades de arguto político, nas quais tinha por ventura mais vaidade que nas de orador, teólogo ou mis-

¹ *Port. Rest.*, Parte I, liv. X, tomo 2 p. 241 da edição de 1751.

sionario. Velho, abandonado de proteções e de amigos, desterrado, se bem que voluntariamente, para o longínquo país da sua infância, onde menos lhe eram sensíveis os desenganos, Vieira levantou-se a vindicar a reputação ofendida, com o ardor e belicoso espírito dos tempos em que, nos púlpitos do Maranhão, do Pará ou de Lisboa, fazia a critica dos costumes e combatia os adversários da sua política, dizendo dali o que hoje escreveria no jornal. E não ocultarei que, como exímio jornalista, na carta a que me refiro, não hesitou, para bem da sua causa, em se desviar da verdade, com a vista em mais fácil triunfo.

Pode ser também que a memoria de septuagenário lhe fôsse infiel, e que o longo periodo de quasi quarenta anos, decorrido entre os acontecimentos e a data em que sobre elles era instigado a depôr, lhe delisse as impressões, fazendo que, de reminiscências vagas e alguma fantasia, reconstruisse o passado de modo consolador para as suas ambições desenganadas.

Não insistirei sobre o conteúdo de um documento histórico e literário mais que muito conhecido, ainda mesmo daqueles que não cultivam por hábito constante as boas letras. Cuidarei apenas de esclarecer uns pontos da dita carta, em que as falhas de memória se manifestam de modo evidente. Trata-se de uma das viagens que fez à Holanda e à França em missão diplomática, por ordem de D. João IV. «O fundamento porque S. M. me mandou a estas côrtes (diz elle) foi porque não estava satisfeito dos avisos pouco coherentes que lhe faziam os dois embaixadores, e quiz que em uma e outra parte me informasse do estado de nossas coisas com toda a certeza, sinceridade e desengano, o que os embaixadores não faziam»¹. E acrescenta não ter

¹ Carta ao Conde da Ericeira, no tomo III das *Obras inéditas*, edição de 1857, e no tomo II das *Cartas*, p. 224, edição ilustrada.

levado a seu cargo-negócio algum mais que a dita informação, e que logo voltou a Portugal a informar de bôca a S. M.

A qual das viagens, — que como se sabe foram duas, a primeira em fevereiro de 1646, a outra em agosto do ano seguinte —, se referem estas palavras? Pelo texto do *Portugal restaurado*, à segunda sem duvida alguma; mas no intuito do jesuita com mais razão à primeira, se bem que mencione achar-se o facto consignado «entre os três navios do Varejão mandados a França, e a partida do Guisa ¹ para Napoles», o que se deu em 1647. E digo assim porque, se o objecto da viagem foi o acima designado, *sem nenhum outro encargo*, mais adiante escreve Vieira: «Mandou-me S. M. que Deus haja a Munster para dar a D. Luis de Portugal, eleito embaixador àquele congresso, as noticias que lhe podiam faltar das coisas do reino, e êle consultar e deliberar comigo as resoluções». Podia-se pensar que lhe fossem transmitidas as ordens para Paris ou para Haia, mas em seguida áquelas palavras transcritas immediatamente continua: «Estava eu embarcado em uma nau inglesa em Paço d'Arcos, etc.», o que me parece excluir qualquer dúvida sôbre o momento em que lhe foi confiada a missão.

A circunstância de ter êle voltado logo a Portugal, como diz, também deixa entender que à primeira viagem se referia, pois, chegando em 20 de fevereiro a Paris, e em 18 de abril à Haia, em julho estava de volta, como se vê de uma carta de António Moniz de Carvalho, encarregado de negócios em França, ao Marquês de Niza ².

¹ Nas edições impressas lê-se *Niza* em vez de *Guisa* por ignorância do copista.

² «Francisco de Sousa Coutinho me avisou que o padre António Vieira partia para esse reino a fazer nele as advertencias e diligencias que convinham». Paris 29 de julho de 1646. Biblioteca Eborensis. Codice cvi, 2-7.

A outra viagem foi mais longa, e não podia Vieira dizer que voltou *logo*, pois tendo saído do reino a 10 de agosto de 1647, sómente partiu de Haia mais de um ano depois, em 31 do mesmo mês de 1648.

Não duvido que entre as instruções secretas, que em qualquer das missões levou, estivesse a de verificar até que ponto seriam exactas as informações dos embaixadores; mas já sabemos que na segunda tinha o encargo ostensivo de acompanhar a D. Luís de Portugal ao congresso de Munster, 'onde aliás nunca foi, além de outro, muito mais importante, o do abandono de Pernambuco aos holandeses, a troco da paz. Esse não o ousa declarar, e pelo contrário a todo o transe o demite de si.

Debalde porém tenta esquivar-se. Depõe contra êle uma carta do rei, de 9 de novembro de 1647, ao marquês de Niza, na qual se lê: «O padre Antonio Vieira levou ordem — repare-se nestes termos —, para Francisco de Sousa Coutinho fazer conveniencias á Holanda, restituindo-lhe Pernambuco sem nenhuma condição mais que da paz com este reino, e *se isto não bastar não terão remedio as coisas de Holanda*»¹. Da sua parte ficou em extremo satisfeito o embaixador Francisco de Sousa Coutinho com a vinda de Vieira, a respeito da qual assim escrevia ao marquês de Niza: «Muito me alvoroça V. E. com a vinda do padre Antonio Vieira, que é certo que o caminho é só por França, mas que o fim da viagem é aqui. D'ela argúo que é carta viva e que manda S. M. concertar os holandeses *da forma que pudermos*»². Atenda-se quanto esta linguagem contradiz o asserto de Vieira, de que os embaixadores *queriam antes agradar que entristecer*, como alega na carta apolo-

¹ Biblioteca Nacional, Cod. 7162, fundo antigo.

² 28 de setembro de 1647, Biblioteca Nacional, Codice 1:748, fundo antigo.

gética. A ocasião era a de maior risco para a independência nacional, havia pouco reconquistada. Castela, com o seu poderio, ainda grande, ameaçava-nos à porta; a Holanda extorquia-nos a maior parte do património ultramarino. Para ocorrer ao perigo da Europa era preciso a todo o custo tratar pazes com esta potência. Já em momento de grave perigo Francisco de Sousa Coutinho oferecera os territórios reavidos no Brasil, sem que a proposta espontânea do embaixador fosse na côrte repudiada. Os Estados Gerais exigiam, como garantia do acordo, a Baía ou a Ilha Terceira. D. João IV e os seus conselheiros ficaram aterrados com a notícia disso, vinda da Holanda. Foi nessa conjuntura que se decidiu a viagem de António Vieira. ¿Tão enfraquecida teria êle depois a memória, que semelhantes factos dela por inteiro se apagassem?

Outro encargo o levou também a Paris «onde fui para o que V. Ex.^a sabe» misteriosamente, escreve êle ao marquês de Niza, encargo de que só por conjecturas nos é lícito averiguar: provavelmente o de insistir pelo casamento do príncipe D. Teodósio com uma princeza de França, sôbre que desde 1643, a côrte de Lisboa negociava ¹. Colige-se de uma carta de Francisco de Sousa Coutinho, quando em 1651, achando-se então em França, tratava do mesmo assunto. «Juro-lhe a V. M. — dizia a D. João IV — pela fé de um homem de bem, se a comissão que trouxe o padre António Vieira a Paris me achara nela, que se não houvera de executar sem primeiro replicar a V. M., como disse ao mesmo Vieira logo que m'a comunicou.» ².

A repulsa de Coutinho vinha por certo das condições em que o enlace se propunha. Quais elas fossem sabe-

¹ *Quadro Elementar*, T. 4, p. 56.

² Citado na *Vida do padre António Vieira*, T. 4 das *Obras de João Francisco Lisboa*, p. 722.

mo-lo da minuta de uma representação do marquês de Niza ao regente, depois rei D. Pedro II, encontrada por Silva Tulio nos papéis da Casa de Niza, e a qual, embora não sendo do punho do marquês, nem por êle assinada, se pode julgar não despida de autenticidade. Principia desta maneira: «O marquez de Niza representa a V. A. que estando a primeira vez por embaixador ordinario em França, passou áquelle reino o padre Antonio Vieira, com uma instrucção toda escripta da letra do secretario Pedro Vieira da Silva, em que S. M. ordenava a elle supplicante buscasse logo ao cardeal Mazarino, e lhe dissesse que S. M. levaria gosto de casar o principe D. Theodosio, que está em gloria, com Mademoiselle de Longavilla, e que poderia logo vir com ella o duque seu pae, a quem S. M. largaria o governo do reino, para o governar emquanto o principe não tivesse idade, e com a rainha e infantes se passaria a viver no Brazil, com o titulo de rei d'aquelle estado; e acabando elle supplicante de ler a instrucção respondeu ao mesmo Padre Antonio Vieira que não era elle o vassallo, que havia de entregar o reino de Portugal aos francezes e tira-lo a el-rei de Portugal D. João, e que antes cortaria as mãos do que assignar tal tratado» ¹.

A dúvida que a êste documento se pode opôr é que, quando da primeira embaixada do marquês, e primeira viagem de Vieira, não o encontrou êste em Paris, estando o embaixador em caminho para o reino, com licença. Mas a confusão era possível, tantos anos passados sôbre o caso; e, como prova subsidiária, temos uma carta de Mazarino ao duque de Longueville, na qual, evidentemente por informações secretas de Lisboa, refere que o rei de Portugal se achava disposto a renunciar à corôa, e entregar o reino a quem a rainha Ana de Austria determinasse, com

¹ Transcrito por João Francisco Lisboa. Obras, T. 4, p. 719.

tanto que fosse pessoa de sangue real e assegurasse ao príncipe seu filho a sucessão por meio de um casamento. O grande Condé, os duques de Orléans e de Longueville eram os indigitados. Por vagas que fossem as informações do cardeal, positivo é o facto revelado nestas suas palavras: «A caminho vem um jesuita expressamente para esta negociação»¹. A carta é de 4 de Outubro de 1647; António Vieira chegou a Paris no dia 10.

Não parece pois duvidosa a intervenção d'êle, nem dúvidas pode haver sobre o carácter nocivo da negociação, assaz definido na expressão citada do marquês de Niza, que *cutaria as mãos antes que assignar tal tratado*. Idênticas palavras attribue ao marquês o *Portugal Restaurado*, embora sem descobrir o motivo, e dizendo apenas serem exorbitantes algumas promessas feitas ao cardeal². Neste ponto não toca António Vieira na sua defesa, pelo que tudo leva a supôr que foi verdadeiro o dito, e o caso seria o mesmo.

Com êle se deve relacionar o propósito, tradicional na dinastia, e realizado por D. João VI, de buscar refúgio no Brasil quando se visse no reino ameaçado.

Não são novos estes factos, mas convinha recorda-los, para acentuar que se não poderá aplicar a esta segunda viagem de António Vieira, imposta por tão graves circunstâncias, a alegação de que só para verificar as informações dos embaixadores tinha ido a França e Holanda; e a êles por ventura aludia o Conde da Ericeira na ironia do *juizo superior e não igual aos negócios*, que tanto ofendeu o jesuita.

Vejamos agora quanto á viagem antecedente. O régio emissário saíu de Lisboa em 1 de fevereiro de 1646, para

¹ Documento pela primeira vez publicado no livro de Jules Tessier: *Le chevalier de Jant, relations de France avec le Portugal au temps de Mazarin*, Paris 1877, p. 319.

² T. 2, p. 169, da edição citada.

se encontrar em Paris com o marquês de Niza, ainda então conde da Vidigueira. Para êste levava despachos, como é natural, mas tinha também outra missão a cumprir: alcançar do cardeal Mazarino que o mandasse acompanhar de um agente, incumbido de apoiar perante os Estados Gerais as propostas da côrte de Lisboa. Além disso, tinha de solicitar em Ruão de certos judeus, naturais ou oriundos de Portugal, créditos monetários para as avultadas despesas que com a guerra e as negociações diplomáticas se faziam. Sôbre o que ia fazer à Holanda elucida-nos uma carta do rei ao embaixador em França: «Passaram tanto adeante — diz — as inquietações de Pernambuco, que resolvi mandar á Holanda o padre Antonio Vieira assistir e ajudar a Francisco de Sousa Coutinho. Concorrem neste religioso tantas partes e tantas noticias das coisas do Brazil, em que nasceu e se creou, etc.»¹. O engano de se atribuir ao padre nacionalidade brasileira provêm evidentemente do fundo conhecimento que demonstrava ter daquela colonia, senão que talvez êle próprio a inculcasse. De toda a maneira levam tais palavras a supôr não seria a parte dêle insignificante, por mais que assim o queira insinuar, nas resoluções relativas ao Brasil. Desta vez incumbia-lhe oferecer o resgate de Pernambuco, a dinheiro, sacrificio final a que o govêrno de Lisbôa se resignava, por se libertar do inimigo distante, e poder consagrar os recursos todos à defesa do reino contra Castela. E assim fica igualmente excluída a primeira viagem.

Muito haveria desfalecido a memória do religioso diplomata, que na Haia, conforme diz um documento da Inquisição² «vestido de vermelho e com chispos de prata

¹ 18 de Janeiro de 1646. Biblioteca Nacional, Codice 7:162, fundo antigo.

² *Quem é o padre Vieira e os seus procedimentos*, Ms. da Biblioteca Nacional, Codice 1:532, fundo antigo.

nos sapatos»¹, era figura notável ao lado do embaixador, para tantos factos relevantes esquecer.

Mas até aqui a própria importância das negociações, o preceito do segredo profissional podiam ser invocados como razão do que omite. O que porém se não compadece com igual explicação, é aquilo que diz além da verdade. Refere êle que, estando a tratar da entrega de Pernambuco, isto é, na segunda viagem, recebera cartas de el-rei que ordenavam se retirasse Francisco de Sousa Coutinho e assumisse êle Vieira a embaixada; e, como o maço das cartas lhe viesse sobrescritado, o que deu inquietação ao embaixador, sem l'has mostrar declarou trazerem ordens para êle próprio voltar a Lisboa. Em seguida, «por estarem os navios promptos, em o porto de Amsterdam — são palavras suas — me despedi e fui embarcar dentro de duas horas». «A S. M. — continua — representei que não usara a patente porque aquelles negocios não eram conformes ao meu habito». Ora os factos passaram-se de maneira mui diferente.

A entrega de Pernambuco, preconizada por Vieira e bem aceita do rei, encontrava clamorosa opposição, em muitos dos conselheiros e na opinião pública em geral. Para excitar esta última, muito contribuíam os protestos dos colonos, que haveres, socego e vidas sacrificavam, para se conservarem súbditos de um rei que os queria abandonar. Por outra parte, as negociações na Holanda não progrediam, e a cada proposta nossa respondiam delongas, e novas exigências feitas pelos Estados. Ultimamente o debate era sôbre Angola de onde os holandêses haviam de tirar os negros para a cultura de Pernambuco, que lhes cediamos. Debalde Vieira, que a sua imaginação viva e impaciente carácter incapacitavam para a diplomacia, anunciava para dentro

¹ ¿Chispas? *Chispo* era um sapato polido e alto que usavam as mulheres garridas.

em pouco o desfecho da questão. «Ainda para as materias de Holanda não é clássico o padre António Vieira», comentava a êsse respeito, em carta ao marquês de Niza, Francisco de Sousa Coutinho, mais experiente e manhoso ¹.

De súbito, a 30 de agosto de 1648, pelas dez da noite, chegam cartas do reino, que mandam retirar o embaixador. Mas a êste é que vinham dirigidas, e não ao assessôr jesuita, que devia retirar-se também. A embaixada ficaria a cargo de D. Luís de Portugal, neto do prior do Crato, que D. João IV queria aproveitar na sua diplomacia.

Nada se passou como diz António Vieira. Êle e o embaixador consultaram sôbre o procedimento a seguir. Contra as ordens recebidas, Francisco de Sousa Coutinho deixou-se ficar em Haia. O padre partiu em vinte e quatro horas para Lisboa, onde, por temporais, só chegou a 15 de outubro. Na carta que o mandava regressar dizia-lhe o rei: «Ver-vos-ei com Francisco de Sousa, que para os negocios ficam a D. Luiz, que fazer não sois necessario ²».

Outra carta, que já não encontrou a Vieira na Holanda, trazia-lhe uma reprimenda, a propósito de certa tentativa sua de interessar a França e a Suécia em um projecto de companhia comercial contra a república inimiga, e insistia ainda no assunto da volta: «E posto que conforme as ordens que se vos tem despachado, tenho por certo sereis partido para o reino» etc. ³. Não há pois dúvidas sôbre qual fôsse a vontade do rei.

¹ 31 de agosto de 1648, Biblioteca Nacional. Codice 1:748, Codice 1:749, fundo antigo.

² Transcripto na carta de Francisco de Sousa Coutinho ao marquês de Niza, de 6 de Setembro de 1648. Biblioteca Nacional. Codice 1:749, fundo antigo.

³ 6 de setembro de 1638. Biblioteca Nacional. Codice 7:162.

Chegando a Lisboa, Vieira, bem acolhido por D. João IV, tratou de compôr as divergências por efeito da embaixada em que com pouca felicidade tomara parte. Mas todas as opiniões lhe foram contrárias, e as propostas que fez rejeitadas, no conselho do Estado. Não se poderá o ilustre jesuita ilibar de, pelo menos, ter ardentemente advogado a cessão à Holanda de uma parte avultada dos domínios portuguezes. Isso é ponto de há muito assente na história. O que me parece não se ter até aqui mostrado é que êle, em sua defesa, e mais ainda por vanglória, houvesse desfigurado com tanto aprumo a verdade.

J. Lucio de Azevedo.